

Ex.mo Senhor Primeiro Ministro,
Ex.mo Ministro da Educação,
Ex.mo Senhor Secretário de Estado,
Ex.mos Deputados da Comissão de Educação e Ciência,
Ex.mos Deputados dos Grupos Parlamentares,
À Comunicação Social,

Hoje, dia 5 de junho temos conhecimento do projeto [GEN10S Portugal](#) pela comunicação social, o que nos deixou estupefactos, pelos motivos que passamos a explicar.

1. No âmbito do processo de flexibilização curricular, passamos o ano letivo a preparar um currículo para a disciplina de TIC do 5º ano ao 9º ano, que inclui a dimensão da programação todos os anos letivos. Inclui, exatamente, esta dimensão no 5º ano de escolaridade (em anexo).
2. Este processo prevê-se de introdução gradual da disciplina, no início de cada ciclo.
3. Os professores de Informática têm habilitação profissional e formação adequada, nesta área (são os únicos com habilitação legal, para o fazer). Sabem programar em Scratch e em diversas linguagens por blocos e código e estão nas escolas.

Ora, conscientes do atraso, nas escolas de uma medida deste género, questionámos os Gabinetes do Ministério ligados ao processo da flexibilização curricular, propondo a possibilidade de **iniciar a disciplina de TIC, no 5º ano, em todas as escolas/agrupamentos** de forma a começar a recuperar, de imediato, a inexistência ou existência muito diminuta, desta área, para **todos os alunos**.

Sendo que a **Disciplina de TIC** continua a ser o único espaço/tempo obrigatório e garantido na escola para “assegurar a todos os jovens o acesso às tecnologias da informação e da comunicação como condição indispensável para a melhoria da qualidade e da eficácia da educação e formação à luz das exigências da sociedade da informação e do conhecimento”.

Tendo em conta, que **não há um único estudo que mostre que a integração transversal das TIC chega a todos os alunos ou é realizada de forma a atingir níveis e percentagens que garantam a igualdade de oportunidades**.

Há um currículo elaborado que inclui esta dimensão (programação) no 5º e 6º ano.

Há professores formados e com habilitação adequada para o fazer nas escolas.

Foi-nos respondido, que **“a aplicação da nova matriz aplicar-se-á apenas nas escolas que participam da fase-piloto da flexibilização curricular”**. Por outras palavras, o início da disciplina não era extensível a todas as escolas, mas apenas às que aderiram ao processo de flexibilização curricular.

Ora, ficamos estupefactos, porque vemos agora, ser permitido a entidades externas ao sistema educativo, o que nos cabia a **nós fazer** e temos **formação adequada para o fazermos bem**, caso nos tivessem permitido a abertura da disciplina, em todas as escolas. Os professores de informática foram atropelados.

A situação piora, quando, até agora, nenhum documento orientador “receita” uma linguagem de programação. Não entendemos, como a tutela aceita uma situação, vinda entidades privadas a **receitar o Scratch**, que por acaso, até é um **recurso gratuito do MIT, pode ser usado por qualquer pessoa, sem ter de pedir autorização a estas entidades**. Mas a gravidade está no facto de se estar a “impingir” uma linguagem. Esta escolha sempre foi da responsabilidade do professor, tanto em contexto formal, como informal, sempre foi uma opção do professor conforme o cenário de aprendizagem, as condições da sala de aula e o projeto a desenvolver.

Temos dúvidas sobre este processo.

Afinal o que se pretende é desenvolver competências ou formatar os alunos para o Scratch? Onde fica a tal flexibilidade curricular? e a autonomia do professor?

Mas o mais surpreendente é quando conta com o apoio do Sr. Ministro da Educação e do Senhor Primeiro Ministro.

Relembramos que já convidamos o Sr. Ministro da Educação para várias iniciativas, para as quais nunca teve agenda. **Nós, professores de informática, deveríamos ser os “seus” professores, aos quais deveria ter dito frases como as que disse hoje** e que copiamos e baixo.

“Tiago Brandão Rodrigues, destacou a importância de adquirir competências digitais, sublinhando que são “tão essenciais como ler, contar e até pensar”.

“Não estar no digital, não ter as competências básicas no digital marca, porque nos deixa excluídos de determinado emprego, mas também nos deixa excluídos de entender o mundo como ele verdadeiramente acontece nos dias de hoje”

Salientou ainda a importância do digital como “instrumento de integração de toda a sociedade”, uma competência que exige “uma resposta coordenada” para que ninguém fique para trás, nomeadamente os mais vulneráveis.

“Este movimento tem de reforçar a competitividade do país porque combate a exclusão social, mas também a exclusão económica e informativa”, defendeu Tiago Brandão Rodrigues.

Para Tiago Brandão Rodrigues, “é absolutamente fundamental” chegar a 2030 com um “audaz objetivo”, que 80% da população possa ter “um conjunto básico de competências digitais ou se possível mais do que básicas”.¹

Mas não as ouvimos até agora.

É ainda referido que projeto GEN10S Portugal, apresentado hoje em Lisboa, visa **“reduzir o fosso nas competências digitais e promover a igualdade de oportunidades na área digital entre os mais novos, reduzindo as barreiras socioeconómicas e de género”**.

Relembramos que o 1º ano que projeto de programação no 1º ciclo(2015-2016), incluiu cerca de 27000 alunos e chegava, apenas, a cerca de 1 terço das escolas.

¹ Disponível em <http://www.dn.pt/lusa/interior/projeto-vai-dar-formacao-em-programacao-scratch-a-5000-alunos-e-500-professores-8536562.html>, acessado a 5 de junho de 2017.

242 Agrupamentos /686 escolas /27 842 alunos /Aproximadamente 700 professores

Há questões que se colocam:

Só há 5000 alunos no 2º ciclo?

Como se justifica a igualdade de oportunidades só para alguns?

Este projeto não deveria ser feito connosco, professores de informática, para apoiar a implementação da disciplina?

Quando é que os professores de informática vão ter oportunidade de ouvir palavras assim do Sr. Ministro da Educação?

Quando é que os professores de Informática vão deixar de ser prejudicados por personalidades, sem habilitação para lecionar as nossas disciplinas, mas que insistem em interferir na nossa área?

Informamos ainda que a ANPRI, é uma associação sem fins lucrativos, mas, ainda assim, faz formação para muito mais de 500 professores por ano.

5 de Junho de 2017

ANPRI